



## **O Jornalismo Interpretativo: Revisão Bibliográfica e Aplicações na Web<sup>1</sup>**

Cícero VILLELA<sup>2</sup>  
Felipe ZSCHABER<sup>3</sup>  
Janáina NUNES<sup>4</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **RESUMO**

O presente texto pretende-se como uma revisão bibliográfica acerca da prática jornalística, destacando-se, sobretudo, a questão dos gêneros jornalísticos. A partir da apresentação dos gêneros clássicos do jornalismo (MARQUES DE MELO, 2010). Dessa forma, procuramos perceber a pertinência desses conceitos em um momento em que a Web se torna um dos principais provedores de notícias. Esse artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que visa, a partir desses pontos, entender as novas formas de jornalismo explicativo feitas em sites informativos na rede.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Web; Gêneros Jornalísticos

### **1 – Introdução**

O advento da internet trouxe consigo não apenas um grande fluxo de informação, mas também uma alteração nas formas do fazer jornalístico tradicional. Nesse âmbito, as práticas e os gêneros já consolidados sofrem modificações estruturais em sua configuração.

Trabalhos sobre gêneros jornalísticos, como os já clássicos feitos por José Marques de Melo (1985) e Luiz Beltrão (1976), passam por constantes atualizações. O mais recente trabalho de Marques de Melo (2010) ramifica suas propostas de classificação de gênero, sendo que o autor passa a considerar o gênero interpretativo como um corpo independente, assim como fez Beltrão em seu tradicional trabalho, “Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica”.

Nossa intenção, então, é estudar um gênero jornalístico em especial, o gênero interpretativo. Porém, antes disso, gostaríamos de abordar uma questão anterior na tentativa de responder à pergunta “o que é jornalismo?”, como o primeiro passo a ser dado nesse processo de pesquisa. Sendo o jornalismo praticado na internet uma transformação do tradicional jornal impresso, entender as definições tradicionais é primordial. Assim, buscaremos ao longo desse estudo abordar diversas visões acerca dessa prática, com o intuito de fundar uma base sólida para podermos avançar em nossas propostas de pesquisa.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

<sup>2</sup>Estudante de Graduação do 9º semestre do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pela Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), que tem como propósito integrar na graduação as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contato: ciceroவில்ලා@hotmail.com.

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, 9º semestre do Curso de Comunicação Social da UFJF, email: felrockit@gmail.com.

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora da Faculdade de Comunicação Social, email: ninaolinunes@yahoo.com.br.



## 2- O Jornalismo, suas bases e algumas considerações

O fazer jornalístico jamais se constituiu como uma prática homogênea. Sempre houveram variações em seus formatos e conseqüentemente em seus conteúdos. Porém, o espírito jornalístico de narração de fatos que fossem capazes de gerar interesse no público, sempre esteve presente. Isso pode ser percebido desde as atividades pré-jornalísticas até a consolidação do padrão atual.

Segundo Jorge Pedro Souza (2008), a atividade jornalística pode ser considerada como um fator importante para as sociedades civilizadas em seu processo de evolução. Em *Uma Breve História do Jornalismo no Ocidente (2008)*, ele traça um panorama histórico que esquematiza as experiências pré-jornalísticas datadas desde o mundo antigo até as tendências contemporâneas do webjornalismo. Segundo Souza:

Na sua essência, o jornalismo é uma representação discursiva de factos e ideias da vida do homem, construída para se contar ou mostrar a outrem. (...) Assim, pode dizer-se que o jornalismo vai buscar a sua origem mais remota aos tempos imemoriais em que os seres humanos começaram a transmitir informações e novidades e a contar histórias, quer por uma questão de necessidade (nenhuma sociedade, mesmo as mais primitivas, conseguiu sobreviver sem informação), quer por entretenimento, quer ainda para preservação da sua memória para gerações futuras (o que, simbolicamente, assegura a imortalidade) (SOUZA, 2008, p. 5)

O autor também relata que os valores, a definição dos formatos e dos conteúdos e também a fixação da estrutura jornalística foram contribuições da antiga civilização grega. Ele considera que o surgimento da literatura clássica – referindo-se a obras como *Iliada* e *Odisseia* – foi um dos importantes marcos para a gênese e modelagem do jornalismo.

Os primeiros relatos acerca do nascimento do jornalismo remetem ao final da Idade Moderna, a partir do advento do Renascimento. Souza (2008, p. 3) destaca a “satisfação das necessárias condições técnicas (a utilização da tipografia de Gutenberg, fábricas de papel) e socioeconômicas (alfabetização, capital, iniciativa privada e empreendedorismo)” como os motivos determinantes para esse desenvolvimento.

De toda forma, o jornalismo como conhecemos só teve início no século XVII, com o surgimento do jornalismo moderno e as gazetas. As gazetas (SOUZA, 2008, p. 76) eram produtos jornalísticos “de menor custo e com notícias mais actuais” que já possuíam uma periodicidade, textos simples, eram datadas e “geograficamente localizadas”, mencionavam as fontes e contavam com uma narrativa cronológica.

Portanto, pode-se considerar que mesmo com a evolução ao longo de todo esse tempo, o jornalismo tem como sua essência um ponto comum e bastante claro desde os seus primórdios: informar. Pioneiro no Brasil em estudos sobre o jornalismo Luiz Beltrão destaca:



“Diremos primeiro que fazer jornalismo é informar. (...) Contudo, a única função da imprensa – já vimos – não é informar pura e simplesmente sobre fatos e idéias em curso na sociedade, mas também examiná-los à consideração pública; propor soluções, estabelecer e fundamentar ensinamentos deles extraídos. (BELTRÃO, 2006, p. 26)

Beltrão (2006) ainda vai mais além ao especificar o tipo de informação que o jornalismo deve oferecer. Para ele, o jornalismo informa fatos que estão ocorrendo, e dessa forma eles precisam ser devidamente interpretados pelos jornalistas, publicados de forma periódica (o periodismo é uma das características fundamentais do jornalismo tradicional), “com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública no sentido de promover o bem comum.” (BELTRÃO, 2006, p. 30).

Pode-se perceber que, em Beltrão (2006), há a consideração da interpretação no processo informativo, como também considera o pesquisador espanhol Lorenzo Gomis:

O jornalismo é, pois, um método de interpretação. Primeiro, porque escolhe, entre tudo o que acontece, aquilo que considera “interessante”. Segundo, porque interpreta e traduz em linguagem inteligível cada unidade da ação externa que decide isolar (notícia) e, além disso, distingue nela entre o que é mais essencial e interessante (apontado no *lead* ou primeiro parágrafo e destacado no título) e o que é menos. Terceiro, porque, além de comunicar as informações assim elaboradas, trata também de situá-las e ambientá-las para que sejam compreendidas (reportagens, crônicas) e de explicá-las e julgá-las (editorial e, em geral comentários) (GOMIS 1991, p. 38, *apud* BERGER e TAVARES, 2010)

Em outro artigo, Berger e Tavares (2008) também apresentam uma definição que amplia os horizontes funcionais do jornalismo. Segundo os pesquisadores, “ao olhar para o mundo, buscando esclarecê-lo, o que importa ao jornalismo é reconhecer, investigar minuciosamente e expor; ora registrando o acontecimento para a história, ora abordando temas que interessam à sociedade”. O jornalismo é apontado como um elemento essencial à sociedade civil e, por consequência, à democracia. Esse aspecto está presente em Beltrão (2006), quando ele aponta que o jornalismo deve promover o “bem comum” e também em Berger e Tavares (2008) quando ressaltam que a prática deve abordar temas de interesse social.

Esse aspecto também é destacado no trabalho de Manuel Chaparro (1993), quando se refere aos “fatos de relevância social” presentes no jornalismo. Compartilhando o mesmo princípio, Nelson Traquina (2005, p. 126) considera “a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, (assim) o jornalismo é visto como serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos”. Nesse mesmo trabalho, Traquina identifica que, segundo a teoria democrática, o jornalismo seria um “mercado de idéias”, no qual todas as opiniões poderiam ser discutidas.



Enquanto isso, Manuel Chaparro (1993, p. 33) orienta sua definição por um âmbito mais humanizador, considerando o jornalismo como um processo social “de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções”, realizado pelo jornalista dotado de sua subjetividade. Para ele, cabe ao profissional “investigar, receber e difundir informações e opiniões”. Em sua obra, Chaparro se mostra em concordância com a definição de um dos pesquisadores mais considerados da área, José Marques de Melo:

Jornalismo é um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais) (MARQUES DE MELO, 1985 *apud* CHAPARRO, 1993, p.135)

Outra definição que aponta para o jornalismo como um agente da informação é a de Francisco José Karam (1997). O autor entende o jornalismo como a “forma pela qual cotidiana e potencialmente – ressaltamos – é possível o acesso imediato ao todo – plural e diverso – que está sendo produzido no espaço social da humanidade e no tempo presente” (1997, p.16). O apontamento de Lia Seixas ainda pode ser acrescentado: “Jornalismo não é apenas informação, mas envolve toda uma produção de conhecimento da atualidade” (SEIXAS, 2003. p. 92). Sendo assim, pode-se considerar que o jornalismo possui a capacidade de produzir conhecimento, além de tecer uma realidade, que alguns autores apontam como objetiva e factual enquanto outros a consideram como subjetiva e permeada de valores.

Traquina (2005) aponta que o surgimento do conceito de objetividade se deu nos Estados Unidos, entre os anos 1920 e 1930, contrapondo o jornalismo que até então se configurava como opinativo e que foi usado como uma ferramenta de propaganda durante a Primeira Guerra Mundial. Essa prática, aliada ao surgimento dos profissionais de relações públicas, acabou criando certa desconfiança por parte da sociedade quanto ao trabalho dos jornais na época. Devido a esses fatores que tornavam o jornalismo como objeto de descrença, a utilização desse conceito foi “um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança.” (TRAQUINA, 2005, p. 135).

Porém, os estudiosos modernos dos *media* reconhecem que é inviável a prática do jornalismo por um viés completamente objetivista, entendendo o jornalista não mais como mero relator do que se passa na realidade (como afirmava a Teoria do Espelho<sup>5</sup>). A própria consideração, já apresentada em Gomis (1991), de que o jornalismo é uma atividade interpretativa destoava dessa definição. Nelson Traquina também endossa essa visão, demonstrando que a objetividade deve ser entendida de outra forma:

---

<sup>5</sup> De acordo com a teoria do espelho o jornalismo transmitiria a realidade. Ele seria como espelho da sociedade, no qual se veria os acontecimentos refletidos nas publicações. Assim, as notícias determinariam a realidade.



(...) a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. (TRAQUINA, 2005, p. 139)

Traquina ainda faz outra consideração importante acerca do apontamento de jornalismo como agente na construção de uma realidade e especifica como se dá essa relação:

Jornalismo como a realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto essencial do campo jornalístico – as notícias – como um recurso social para suas estratégias de comunicação 2) e outros jornalistas, membros de uma comunidade interpretativa, em que partilham como referência de toda a ideologia representada do pólo ideológico do campo jornalístico, 3) e a própria sociedade, devido ao fato de que toda a sua cultura profissional aponta para um papel fundamental dos valores notícia que tem uma “estrutura profunda” (Hall, 1984) que esboça um mapa do mundo jornalístico em que há esferas do “consenso”, da “controvérsia legítima”, e do “desvio”. (TRAQUINA, 2005, p. 205)

O jornalismo possui suas características intrínsecas e essenciais, dentre elas de estar calcado em uma “Cultura do tempo presente”, na qual reina a novidade, a originalidade e a simultaneidade (FRANCISCATO, 2005). Carlos Eduardo Franciscato demonstra essa particularidade: “O jornalismo se consolida nesta cultura e, de certa forma, contribui para alimentá-la, potencializando este desejo pelo novo e pelas coisas do tempo presente da vida cotidiana.” (2005, p. 63).

Além desse ponto, o jornalismo possui uma linguagem particular, a qual Traquina chama de “Jornalês”. Para o autor “uma das características principais desta fala, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível. (Pois) Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade.” (TRAQUINA, 2005, p. 46)

Uma vez concluído o nosso percurso na dimensão desse conceito, passaremos a outro ponto chave para chegarmos ao nosso objetivo principal: o jornalismo explicativo/interpretativo. Dessa forma, é conveniente estudarmos aquilo que é a base de toda essa definição: os gêneros.

### **3 – Os gêneros jornalísticos e a questão da classificação**

A questão acerca dos gêneros jornalísticos é ampla e bastante indefinida. No panorama que vamos traçar ao longo desta parte do trabalho, tal aspecto ficará bastante claro. Portanto, para começarmos a falar dos gêneros especificamente, necessitamos antes apresentar uma definição. O filósofo russo, Mikhail Bakhtin, pode nos fornecer uma informação mais geral sobre o assunto:

(...) gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores. (BAKHTIN, 1997 *apud* J.L. MEDINA, 2001, p. 46)

Baseando em Bakhtin, iremos considerar gênero como um modo de organização, no intuito de garantir uma comunicação entre os materiais a serem estudados. É importante ressaltar que, como afirmam Berger e Tavares (2010, p?), “a noção/conceito de gênero está ligada a um movimento classificatório/conceitual que ainda está longe de um consenso”.

Independente desse ponto, os gêneros jornalísticos tiveram sua gênese baseada nos gêneros literários, como aponta o espanhol Lorenzo Gomis (1991). Porém, há uma distinção de papéis entre as duas classificações. Segundo o autor:

(...) a necessidade de gêneros no jornalismo é mais imediata e urgente que na literatura. Na literatura, há a assinatura de um autor, enquanto que num jornal ou telejornal é combinado o trabalho de muitas pessoas (...). Um texto é elaborado por várias mãos que permanecem anônimas (...). A informação que um preparou, o outro tem que editá-la e ajustá-la ao espaço e ao tempo (...). É preciso saber, portanto, não somente o que está se dizendo, mas o que se está fazendo: se trata-se de uma notícia, uma reportagem, uma crônica, um editorial (GOMIS, 1991, p. 44)

A espanhola Sonia Parrat (2001), fazendo alusão a Gomis, explica que existe uma diferença importante entre jornalismo e literatura. Ela aponta o porquê de os gêneros jornalísticos serem mais necessários e engessados em sua definição do que seus irmãos:

Uma das diferenças é que enquanto a literatura imita ações da realidade construindo ficções semelhantes e criando personagens, a função principal do jornalismo é fazer saber e fazer entender os fatos reais, explicando o que realmente ocorre a personagens conhecidos, e o que pode ocorrer aos leitores como consequência dos fatos que estão sendo comunicados (PARRAT, 2001, p.4)

Parrat em seu livro de 2008, “Generos periodísticos en prensa”, faz uma consideração importante sobre a base em que foi construída a classificação dos gêneros jornalísticos:

(...) essas modalidades ou tipologias universais (...) são semelhantes às formuladas muitos séculos antes pela Retórica e pela perspectiva literária a respeito dos gêneros oratórios e literários. Assim, a maioria das regras básicas de redação jornalística moderna tem sua origem nos manuais de escrita literária datados do final do século XIX e início do século XX, os quais concebiam os textos jornalísticos como variantes da literatura. (PARRAT, 2008, p. 9)

Dessa maneira, o pesquisador Jorge Medina (2001, p. 47), citando outro especialista espanhol, Juan Gargurevich, define que “os gêneros jornalísticos são formas que os jornalistas buscam para se expressar”. Parrat (2008, p. 8) sublinha que segundo Gargurevich (1982) os



jornalistas “devem conceber (cada material) de modo diferente, segundo a circunstância da notícia, seu interesse e, sobretudo, o objetivo de sua publicação”. Medina (2001, p. 47) complementa ainda, baseando-se no autor espanhol, que os “traços definidores estão, portanto, no estilo, no manejo da língua. (...) trata-se de formas jornalístico-literárias, porque o seu objetivo é o relato da informação e não necessariamente o prazer estético”.

Outra definição que complementa a de Gargurevich é a da pesquisadora portuguesa Paula Cristina Lopes: “Os gêneros jornalísticos ‘ordenam’ o material informativo, produzem discursos sociais mais ou menos diferenciados. Funcionam como categorias básicas intrinsecamente ligadas à expressão da mensagem jornalística, à sua forma e estrutura” (LOPES, 2010, p. 8).

É devido a esses motivos que José Marques de Melo aponta que realizar uma classificação é uma tarefa complicada. Segundo o autor “classificar gêneros jornalísticos é o maior desafio do jornalismo, como campo do conhecimento, é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 31).

A evolução histórica do jornalismo está intrinsecamente relacionada à evolução dos seus gêneros, que por consequência acompanhou o desenvolvimento histórico das sociedades. De acordo com Berger e Tavares (2008), o jornalismo “no que diz respeito à consolidação do estilo” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11) pode ser dividido em três etapas. São elas: jornalismo ideológico, jornalismo informativo e jornalismo explicativo.

Os pesquisadores apontam que a primeira etapa corresponde “a de um jornalista mais “amador” (2008, p. 11) e se consolidou na segunda metade do século XIX (a partir de 1850) até o fim da I Guerra Mundial. Nessa etapa, o jornalismo pode ser considerado ideológico no qual “tem-se uma imprensa, do ponto de vista formal, com muito poucas informações e muito mais comentários” (2008, p. 11). Paula Lopes acrescenta acerca dessa prática: “É um jornalismo doutrinário, moralizante, ao serviço das ideias políticas. Os jornais existem enquanto “instrumentos” de causas políticas, partidárias, de cariz opinativo e não raro polêmico” (LOPES, 2010, p. 9). É nesse momento que se solidifica o gênero opinativo.

Na segunda etapa, o que predomina é uma espécie de jornalismo informativo, primando pela narração dos fatos. Ele se desenvolve em especial a partir da década de 1920. No entanto, já vinha sendo praticado a partir de 1870 na Inglaterra, e conviveu com o trabalho ideológico por algum tempo. Nessa oportunidade “o jornalismo passa, majoritariamente, a dizer o que aconteceu, e não a expressar opiniões sobre” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11). Lopes tece o seguinte adendo a esse conceito: “(Ele) Serve a opinião pública, (a) um público mais



vasto e heterogêneo. O jornalista afirma-se como servidor do público, vigilante dos poderes, defensor da verdade e da imparcialidade” (2010, p. 9).

Em relação a essa mudança na forma de se fazer jornalismo, a catedrática espanhola, Montserrat Quesada Perez, aborda a questão da objetividade já apresentada no trabalho.

O nascimento do Jornalismo informativo marca também o nascimento da indústria da imprensa em seu sentido moderno (...) substituindo a informação filtrada pela ideologia, se estende agora a fé na objetividade informativa, na crença de que os fatos simples, por si mesmos, devem ser o elemento justo e suficiente para informar sobre a realidade cotidiana. (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 24 *apud* BEGER, TAVARES, 2008, p. 11)

Em contraste com essa ideia, o português Jorge Pedro Souza (2008) apresenta outra consideração: “O aparecimento das gazetas permite afirmar que o jornalismo noticioso é uma invenção europeia dos séculos XVI e XVII, com raízes remotas na antiguidade clássica e antecedentes imediatos na Idade Média e no Renascimento” (SOUZA, p. 80). Esse ponto é um tanto polêmico, já que se tem por entendimento que o jornalismo em sua fase objetivista tenha surgido nas décadas de 1920 e 1930, nos Estados Unidos. De toda forma, é relevante explicitarmos essa outra consideração, para não nos prendermos em uma história engessada.

Porém, conforme o professor boliviano Raúl Peñaranda aponta em seu artigo “Generos periodísticos: que son y para que sirven?”, o jornalismo que se deu nos primórdios dos anos 1700 era fortemente ligado à opinião e às ideias políticas e religiosas – o jornalismo “ideológico” que Berger e Tavares (2008) apresentam. Segundo Peñaranda, “os diários se referiam geralmente a temas políticos e eram usados por distintos grupos de interesse como instrumento para amplificação de ideias” (PEÑARANDA, 2000). É a partir dessa ressalva que Peñaranda aponta como surgiu o primeiro estilo (ou gênero) jornalístico: o opinativo.

O autor boliviano, no entanto, considera o jornalismo americano como precursor do gênero informativo, que consta na segunda etapa apresentada por Berger e Tavares (2008). Para ele essa consideração pode ser feita, pois é dos americanos que provém o início da divisão entre “news” e “comments” (notícias e comentários). Segundo o autor:

(...) com a separação entre *news* e *comments* nasce um segundo “gênero”, a notícia. Esta separação entre opinião e notícia, tão própria do jornalismo anglo-saxão, reinou até o começo do século 20 e separou o material jornalístico em dois grandes gêneros: informativo e opinativo. (PEÑARANDA, 2000)

Continuando o panorama traçado por Berger e Tavares (2008), ainda há um terceiro momento, que insistimos em ressaltar, pois é de nosso interesse específico neste estudo. Nessa etapa, que é iniciada após o término da II Guerra Mundial, se caracteriza “uma produção noticiosa mais elaborada e mais profunda” (BERGER, TAVARES, 2008, p. 11), configurando



um jornalismo dotado de um viés mais explicativo e profundo. Quesada Pérez expõe essa mudança:

O jornalismo informativo se verá, então, progressivamente limitado e substituído pela aparição de um novo modelo: o *jornalismo explicativo*, que se caracterizará até nossos dias por sua maior capacidade de interpretação da realidade, somente possível devido também ao maior profissionalismo dos jornalistas. (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 25 *apud* BERGER, TAVARES, 2008, p. 11)

Berger e Tavares (2008) apontam que essa necessidade se deu devido ao fato de que os jornais estavam concorrendo de forma mais acirrada com os meios eletrônicos, que, na época, já haviam se desenvolvido consideravelmente. Lopes nos relata o que estava acontecendo nesse momento:

“Nascem e consolidam-se novas linguagens intimamente relacionadas com novos Media, novas formas de difusão e de contacto com o público, marcadas pela rapidez na transmissão da informação. A concorrência da Rádio e da Televisão obriga a Imprensa a uma nova abordagem do material informativo, favorecendo um trabalho de explicação, interpretação, dos factos” (LOPES, 2010, p. 9).

A evolução histórica não é o âmbito que gera mais polêmica nos estudos sobre os gêneros jornalísticos. O impasse acontece no momento de se realizar uma classificação dos mesmos. Traçando uma ideia geral, há a concessão em torno da primeira definição criada por José Marques de Melo (1985). Ele escreve que existe uma divisão em dois grandes gêneros: o informativo e o opinativo. Sonia Parrat possui uma visão que dialoga com essa ideia:

Para compreender bem o que significam os gêneros próprios do jornalismo é necessário saber, inicialmente, que o jornal tem duas funções primordiais; informar sobre os fatos e opinar sobre os fatos ditos, e ele realiza isso através de textos que, segundo essas características, recebem a denominação de um gênero ou outro (...) O jornal é ante a tudo um meio informativo, mas também tem a capacidade (e o dever) de ser um canalizador de ideias. (PARRAT, 2008, p. 10)

Contudo, até mesmo no momento de se enquadrar qual tipo de “material jornalístico” pertence a determinado gênero, a classificação já não é mais unânime no meio acadêmico. Como exemplo mais recente, recorremos ao pesquisador Lailton Alves da Costa, que faz o seguinte apontamento em relação aos novos estudos realizados por Marques de Melo:

Em seus últimos trabalhos publicados, a classificação atual de Marques de Melo considera cinco gêneros jornalísticos brasileiros. Além dos gêneros *informativo* e *opinativo* - amplamente discutidos no livro *Jornalismo Opinativo* e notadamente aceitos e difundidos no círculo profissional e acadêmico - aparecem agora o *interpretativo* com os formatos: *dossiê*, *perfil*, *enquete* e *cronologia*, além do *utilitário* com os formatos *indicador*, *cotação*, *roteiro* e *serviço*, e também o *diversional*, composto por *história de interesse humano* e *história colorida* (COSTA, 2007, p. 7)

Existem inúmeras outras classificações. Todavia, nenhuma delas entra em um consenso absoluto. Isso gera uma discordância que não pode ser facilmente remontada. Porém, o



português José Rebelo apazigua um pouco essa discussão. De acordo com o pesquisador, não há como se verificar um gênero “em estado puro, ou seja, a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias dos diferentes “gêneros”. Caberá ao analista determinar, em cada caso, qual o “gênero” dominante” (REBELO, 2000, p. 118 *apud* LOPES, 2010, p. 10). Assim, nos valem de Jorge Medina para encerrar essa questão: “Com isso, podemos concluir que não existe pureza dos gêneros, pois todo texto participa em um ou em vários gêneros. Sempre haverá um gênero ou vários gêneros em uma determinada obra” (MEDINA, 2001, p. 46).

#### 4– Os gêneros interpretativo e explicativo em questão

Como já realizamos uma pequena introdução às características do gênero interpretativo, vamos nos valer inicialmente de Dominique Wolton para justificarmos tal escolha de objeto. Wolton (1999) afirma que à medida que existem mais acontecimentos noticiados – exatamente o que acontece nesse ambiente da Internet – maior é a necessidade de que a informação seja transmitida com interpretação, ante ao simples relato dos fatos. Por isso, entendemos que o gênero interpretativo/explicativo pode se configurar como prática importante nesse ambiente digital. Porém, esse é um tema que vamos aprofundar em trabalhos futuros.

Nesse momento, pretendemos ir mais a fundo nesses gêneros e, para iniciar, vamos fazer uma distinção básica para que fiquem claras as definições. Existe uma impressão equivocada diante de qual é o trabalho do jornalismo interpretativo, e isso surge simplesmente devido à abrangência da palavra “interpretação”. Em entrevista concedida a Lia Seixas, José Marques de Melo responde a pergunta “Interpretativo está ligado ao sentido interpretação?” e acaba por confirmar essa questão:

Não. Em português, interpretação significa valoração. Interpretação e opinião é a mesma coisa. Foi uma tradução mal feita. Quando começaram a circular os textos dos teóricos do jornalismo interpretativo dos EUA, deveria ter sido traduzido por jornalismo explicativo ou jornalismo educativo e foram traduzidos literalmente. (MARQUES DE MELO, em entrevista concedida a Lia Seixas, 2008)

Poderíamos considerar que Marques de Melo coloca um fim a esse impasse, porém sua definição de “interpretação” não condiz claramente com o que está registrado em outros materiais. Pode-se encontrar no Dicionário Aurélio que uma das definições de “interpretar” é: “Explicar, explanar, ou aclarar o sentido de (palavra, texto, lei, etc)” (Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI, Versão 3.0, 1999). Assim, pode-se argumentar que, se analisada mais profundamente, a definição de *jornalismo interpretativo* não estaria equivocada e poderia ser correlacionada à definição americana de *interpretive journalism*<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup>Interpretive (or interpretative) journalism goes beyond the basic facts of an event or topic to provide context, analysis, and possible consequences. Interpretive journalists must have unusual familiarity with and understanding of



Apesar disso, Marques de Melo demonstra qual é a visão desse conceito na área dos estudos comunicacionais, e conseqüentemente qual é a consideração pelo trabalho que realiza e deveria realizar o gênero interpretativo. Tendo esta disposição em vista, consideraremos que, em teoria, ambos conceitos podem ser semelhantes. A definição de Mário Erbolato, inclusive, não demonstra nenhuma diferenciação em relação à nomenclatura desses gêneros. Segundo o autor, o jornalismo interpretativo pode ser “também conhecido como jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional” (ERBOLATO, 1991, p. 31 *apud* COSTA; LUCHT, 2010, p. 109). Porém, diante dessas circunstâncias, optaremos pelo uso do termo *jornalismo explicativo* em nosso estudo para que não haja dúvidas quanto aos trabalhos e práticas que iremos nos relacionar.

Tendo essa distinção em conta, podemos passar a um estudo mais aprofundado sobre o conceito desse gênero. Os acadêmicos Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973) alinham o seu conceito de interpretação jornalística ao conceito de interpretação encontrado em Freud e Nietzsche. Segundo os autores a interpretação procura “encontrar o sentido nas diferentes forças que atuam em um fenômeno”. Devido a isso, esse tipo de prática jornalística não se limita em “um relato mais ou menos perceptivo do que está acontecendo, mas busca um aprofundamento”. É baseando-se nesses preceitos que Leandro e Medina redigem sua definição sobre o jornalismo interpretativo: “Jornalismo interpretativo é realmente o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele” (LEANDRO; MEDINA, 1973, p. 16 *apud* COSTA; LUCHT, 2010, p. 110).

Luiz Beltrão possui uma obra dedicada ao assunto: “Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica”, publicada em 1976. Nesse trabalho, ele assinala que a interpretação jornalística vai além do gênero que leva o seu nome, pois se configura como “atitude de ofício” e se torna uma “análise preliminar de submeter os dados recolhidos a uma seleção crítica para divulgar a matéria” (BELTRÃO, 1976, p. 47). O autor também formula o seu conceito de jornalismo interpretativo. Segundo ele, tal modelo seria “um jornalismo em profundidade, à base de investigação, que começa a representar a nova posição da imemorial atividade social da informação da atualidade. Um jornalismo que oferece todos os elementos da realidade, a fim de que, a massa, ela própria, a interprete” (1976, p. 42).

Mais adiante, na mesma obra, Beltrão relaciona essa prática ao jornalismo informativo e considera que, ao contrário da forma elementar presente no segundo, a notícia “interpretada” é bem mais complicada. Nela “é necessário esquadrihar sua entranha, procurando seus

---

a subject, and their work involves looking for patterns, motives, and influences that explain what they are reporting (Keller 1997). (HOUSTON, 2008)



antecedentes melhores, e projetar uma visão futura, formulando um prognóstico sóbrio e inteligente, para não cair em demasia subjetivas” (1976, p. 51). Dessa forma se “oferece diferentes ângulos de visão da situação, complementando-as com históricos, depoimentos, dados estatísticos, documentário fotográfico, outras ilustrações, enquadramentos ideológicos, prognósticos” (1976, p.55) sendo que o resultado desse trabalho traria a “informação em toda sua integridade, captada, analisada e selecionada pelo jornalista ao qual não cabe o diagnóstico” (1976, p. 52).

De acordo com a definição proposta em Berger e Tavares (2010), o autor espanhol Martinez Albertos (1972) considera como papel do jornalismo explicativo ajudar o público a promover a distinção entre o “verdadeiro e o falso”. Nesse processo, que deve ser transmitido através de um texto coerente, a “digestão intelectual” do leitor é auxiliada por notícias que tenham sua significação “verdadeira e adequada”. A partir desse conceito, os autores constroem sua consideração acerca do jornalismo explicativo:

Da teia que aí se forma – entre conhecimento, interpretação e texto jornalístico – é possível construir uma espécie de “óculos” para pensar o jornalismo para além da notícia. O que não significa simplesmente uma troca de objetos jornalísticos, mas a busca por complexificar as dimensões dos processos informativos e potencialmente investigativos por eles engendrados. (BERGER e TAVARES, 2010, p. 35)

Os autores também citam a espanhola Quesada Pérez, ao discorrerem sobre o nascimento do gênero. Pérez afirma que a gênese “do jornalismo explicativo, que incorpora ao dado noticioso elementos valorativos, documentais, interpretativos e também uma boa dose de opinião, provoca, por sua vez, o desaparecimento da clássica fronteira entre *story* (descrição) e *comment* (comentário) (QUESADA PÉREZ, 1998, p. 25 *apud* BERGER e TAVARES, 2010, p. 35)

O autor americano Peter Parisi aborda outros aspectos em sua definição de jornalismo explicativo, que consideramos válidos acrescentar:

O Jornalismo explicativo adota os pontos de vista e as perspectivas de diversos grupos (“a opinião e atitudes de grupos da sociedade”), esclarecendo o sentido da experiência destes, e informando sobre as tendências culturais e sociais (“os objetivos e valores da sociedade”). Assim, reconhecendo que todas as apresentações dos fatos envolvem perspectivas e hipóteses específicas, sejam políticas, nacionais, de etnia ou sociológicas. (PARISI, 1999, p. 10)

No entanto, existem discordâncias quanto a essa distinção e independência do gênero explicativo. Para Marques de Melo (2003) e Rosa Nava (1996), o jornalismo interpretativo faria parte do jornalismo informativo. O segundo daria conta do primeiro, tendo em vista que o processo informativo já conta com uma “interpretação”. Marques de Melo em seu trabalho de 1985, reeditado em 2003, aponta que tal gênero se caracterizava por “uma categoria carente de



configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o estilo informativo e opinativo” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 30 *apud* COSTA; LUCHT, 2010, p. 113). Porém, em estudo mais recente, datado de 2009, o autor já leva em consideração essa unidade do gênero. Já o boliviano Raul Peñaranda assinala que o gênero interpretativo “fica em posição equidistante entre o gênero informativo e o opinativo”, de certa forma explicando tal indefinição.

No sentido de encerrar essa abordagem conceitual, recorreremos ao pesquisador Gerson Moreira Lima (2002), que também concorda que o gênero interpretativo está contido no informativo. Porém, Lima ameniza essa divisão, pois, para ele, o interpretativo também se encontraria no informativo e isso dependeria somente do grau de interpretação que cada informação possui. Segundo ele, o “gênero interpretativo é o caminho mais curto para que o leitor encontre o real significado das informações” (LIMA, 2002, p. 10) no cenário atual – que é marcado pela velocidade de informação no jornalismo online. Essa seria a forma de melhor informar a sociedade, pois, essa prática apresenta os fatos “propondo uma ligação entre eles, conduzindo o leitor a vários entendimentos possíveis” (LIMA, 2002, p. 88).

Outra consideração de Lima (2002, p. 90) ainda pode expandir a reflexão sobre essa discordância que ocorre entre os gêneros. Segundo o autor, ao realizar o jornalismo interpretativo a descrição do fato se torna imprescindível – e na oportunidade, a interpretação pode não aparecer de forma explícita. Essa interpretação pode surgir desde o momento de escolha das fontes, da ordenação dos fatos e até na escolha léxica do discurso. Todavia, o texto, no ponto de vista morfológico, se configura objetivo, o que pode levar o leitor a se confundir com o jornalismo informativo.

Quanto aos formatos que estariam presentes no jornalismo interpretativo/explicativo, a organização é bastante heterogênea. Somente há um formato que é quase unanimidade como integrante do gênero: a reportagem. Leandro e Medina (1973) falam de uma “reportagem interpretativa”, enquanto Beltrão considera uma “reportagem em profundidade”. Porém, Marques de Melo classifica a reportagem como parte do gênero propriamente informativo.

## **5 – Considerações Finais**

Independente dessa classificação, em nossas futuras análises o objetivo é, com base na discussão levantada até o momento, tentar entender um tipo específico de produção jornalística que vem sendo encontrada em alguns sites de notícias, como BBC, G1, Estadão e Folha Online. Uma forma de texto explicativo, geralmente utilizado para contextualizar informações sobre um fato complexo, que não se configura como uma reportagem em si. Aproximando-se mais de



uma explicação didática, um resumo do contexto, reunindo informações do passado e possíveis consequências futuras, com um discurso claro, sucinto e objetivo.

Na tentativa de desvendar essas produções, além buscar compreender o gênero jornalístico que elas mais se aproximam, também pretendemos discutir os recursos necessários, sua configuração, ou seja, por que sua prática tem sido apresentada nos sites de notícia.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: FAI & Cátedra Unesco, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre, Sulina, 1976.
- BERGER, Crista. TAVARES, Frederico de Mello B. **(Re)pensando o jornalismo: contribuições espanholas**. Juiz de Fora: Lumina Vol.2 • nº2, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Na notícia e além dela: sobre o conceito de informação no jornalismo**. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.20, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2010
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1993.
- COSTA, Lailton Alves da. **Jornalismo brasileiro: a teoria e a prática dos gêneros jornalísticos nos cinco maiores jornais do Brasil**. Trabalho apresentado no Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação (Celacom), 2007. Disponível em: <[http://encepcom.metodista.br/mediawiki/images/1/10/GT4-\\_17-\\_Jornalismo\\_brasileiro-\\_Lailton.pdf](http://encepcom.metodista.br/mediawiki/images/1/10/GT4-_17-_Jornalismo_brasileiro-_Lailton.pdf)> Acesso em: 09/05/2012
- \_\_\_\_\_. LUCHT, Janine Marques Passini. **Gênero Interpretativo**. In: MELO, José Marques. ASSIS. F. (org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Editora Metodista, 2010.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: cómo se forma el presente**, Barcelona: Paidós, 1991.
- FRANCISCATO, C. E. **A fabricação do presente**. Aracaju: Editora UFS, 2005
- KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.
- LOPES, Paula. **Gêneros literários e gêneros jornalísticos: uma revisão teórica de conceitos**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-generos-lopes.pdf>> 09/05/2012
- LEANDRO, Paulo Roberto. MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente (o jornalismo interpretativo)**. São Paulo: Media, 1973.
- LIMA, Gerson Moreira. **Jornalismo interpretativo: a alternativa imposta pelo dielma digital**.
- MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. Revista Symposium, Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2001
- MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.



\_\_\_\_\_. **Jornalismo Opinativo:** gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

PARISI, Peter. **Astonishment and Understanding:** On the Problem of Explanation in Journalism. New Jersey Journal of Communication [Volume 7, Issue 1](#), 1999.

PARRAT, Sonia F. **Géneros periodísticos en prensa.** Quito, Ecuador: Intiyan – Ediciones CIESPAL, 2008.

\_\_\_\_\_. **El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa:** nuevas propuestas de clasificación. Zer. revista de estudios de comunicación. n. 11. nov. 2001. Disponível em: <http://www.ehu.es/zer/hemeroteca/pdfs/zer11-12-fernandez.pdf>>. Acesso em: 09/05/2012

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo:** uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

PEÑARANDA, U., Raul. **Géneros periodísticos:** que son y para que sirven? . <http://www.saladeprensa.org/art180.htm>, 2000) Acesso em 08/05/2012

SEIXAS, Lia. **Gêneros jornalísticos digitais:** critérios para definir os produtos no webjornalismo. 79 – 100, 2003. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs), **Modelos do Jornalismo Digital**, Salvador: Editora Calandra, 2003

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>>. Acesso em: 09/05/2012

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** DIFEL - Difusão Editorial S.A., 1999.

Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI, Versão 3.0, 1999.

O que é jornalismo? É possível entender através dos gêneros: Entrevista com José Marques de MELO, realizada por Lia SEIXAS em 2008. Disponível em: <http://generos-jornalisticos.blogspot.com.br/2008/05/o-que-jornalismo-possvel-entender.html>> Acesso em: 09/05/2012